

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 51.150 - BA  
(2016/0131441-7)**

EMBARGANTE : JOMARIO JORGE FREITAS DE SOUZA

ADVOGADO : MARIA ADAIL SANTOS - BA028661

EMBARGADO : ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR : MARCOS MARCILIO ECA SANTOS E OUTRO(S) -  
BA014528

**DECISÃO**

Na origem, trata-se de mandado de segurança impetrado por Jomário Jorge Freitas de Souza contra ato atribuído ao Governador do Estado da Bahia, objetivando anular a penalidade de demissão do cargo de Policial Militar.

No Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a segurança pleiteada foi denegada em acórdão assim ementado:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. LEI ESTADUAL N. 6677/94. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PODER JUDICIÁRIO. CONTROLE DE LEGALIDADE. ENTENDIMENTO STJ. PROPORCIONALIDADE. LEIS ESTADUAIS. PENALIDADE CORRETAMENTE APLICADA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. SEGURANÇA DENEGADA.

1. A prescrição não está configurada in casu, uma vez que no procedimento administrativo que desencadeou a punição ao impetrante foram respeitados os prazos previstos no art. 203 da Lei Estadual n. 6677/94.

2. De fato, considerando que aquela norma estadual prevê que a portaria que instaura o processo administrativo disciplinar interrompe o prazo prescricional e que, no caso concreto, tal procedimento foi realizado antes do quinquênio legal, resta evidente que não houve prescrição da pretensão punitiva do Estado.

3. Conforme jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ao Poder Judiciário cabe, tão somente, realizar o controle de legalidade das decisões proferidas pela Administração Pública no âmbito dos processos administrativos disciplinares, sendo que a extrapolação desta competência implicará em ofensa ao princípio da separação dos poderes.

4. Por outro lado, ainda que se entendesse legítima a aferição de proporcionalidade da pena aplicada, percebe-se que, in specie, o impetrante foi demitido a bem do serviço público por ter praticado o crime de tortura, donde se retira que a pena administrativa foi proporcional ao ato ilícito.

5. Ademais, ressalte-se que, na hipótese vertente, a penalidade foi aplicada em consonância com as Leis Estaduais que regem a atividade dos policiais civis.

6. Nesses termos, resta evidenciado que inexistente ilegalidade na situação sub examine, mesmo porque ficou incontroverso nos fólios que no procedimento administrativo disciplinar foram respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7. Inexistindo direito líquido e certo, deve ser denegada a segurança

pleiteada.

Os embargos de declaração apresentados foram rejeitados.

Jomário Jorge Freitas de Souza interpôs recurso ordinário com fundamento no artigo 105, inciso II, alínea *b*, da Constituição Federal.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O Ministério Público opina pelo desprovimento do recurso.

Por meio da decisão às fls. 298-301, foi negado provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança.

Nos presentes embargos de declaração, a parte aponta omissão na decisão em relação à alegada prescrição, pois teria deixado de se manifestar sobre a duração processual entre a instauração do processo administrativo disciplinar e o ato demissionário, que ultrapassou os 5 (cinco) anos estipulados no *caput* do art. 203.

Alega que o ato demissionário está fundamentado em lei revogada, art. 27, parágrafo único, inciso I, da Lei Estadual n. 3.374/1974. Ainda, aduz que houve omissão quanto à alegação de que a fixação da penalidade deve levar em consideração os critérios minimizadores previstos no art. 188 da Lei n. 6.677/94, cujo conteúdo foi mantido no art. 92 da Lei n. 11.370/2009.

Nas petições às fls. 322-330 e 335-336, a parte embargante informa que, por motivo de força maior ocorrido no dia 21/3/2018 – apagão que deixou Salvador/BA sem luz –, a petição dos embargos de declaração foi protocolada com 1 (um) dia de atraso.

Para comprovar a ocorrência do fato, colaciona notícias do jornal local e o Decreto Judiciário n. 271, de 22 de março de 2018, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que suspende os prazos processuais no âmbito do Poder Judiciário no dia 21 de março de 2018.

Não foi apresentada impugnação aos embargos de declaração.

É o relatório. Decido.

Comprovada a ocorrência de justa causa nos moldes previstos no § 1º do art. 223 do CPC/2015, conheço dos embargos de declaração.

Segundo o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade; eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz devia pronunciar-se de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material.

Conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para

proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

Ao contrário do que alega a parte embargante, a decisão não apresenta omissões, tendo se manifestado de modo coerente e fundamentado sobre as questões consignadas no recurso ordinário. Afastou-se a alegação de prescrição da pretensão punitiva sob o fundamento de que o processo administrativo disciplinar foi instaurado dentro do quinquênio legal previsto no inciso I do art. 203 da Lei estadual n. 6.677/94 a contar da ciência do fato ilícito.

Ainda, esclareceu-se que a Administração Pública fica impossibilitada, por razões discricionárias (juízo de conveniência e de oportunidade), de deixar de aplicar a pena de demissão, quando indubitosa a ocorrência de motivo previsto na norma que comina tal espécie de sanção, como no caso dos autos, em que a conduta praticada tem a demissão como punição prevista na legislação estadual, art. 95, IX, c/c o art. 90, XXXVIII, todos da Lei estadual n. 11.370/09 (fl. 166).

A clara pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual inviável o seu exame em embargos de declaração. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.022 DO NOVO CPC.

1. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. Precedentes da Corte Especial.

2. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EAREsp 166.402/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/3/2017, DJe 29/3/2017).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO RECONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos declaratórios é aquela que se revela quando o julgado contém proposições

inconciliáveis internamente.

2. Sendo os embargos de declaração recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podem ser acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, a obtenção de efeitos infringentes.

3. Evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, cabe a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/1973.

4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa.

(EDcl na Rcl 8.826/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/2/2017, DJe 15/3/2017).

Cumprе ressaltar que os aclaratórios não se prestam ao reexame de questões já analisadas com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso.

No caso dos autos, não há omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz de ofício ou a requerimento devia-se pronunciar, considerando que a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator